

Gramsci sobre Vico: A filosofia como uma forma da política*

Gramsci on Vico: Philosophy as a form of politics

Marco Vanzulli**

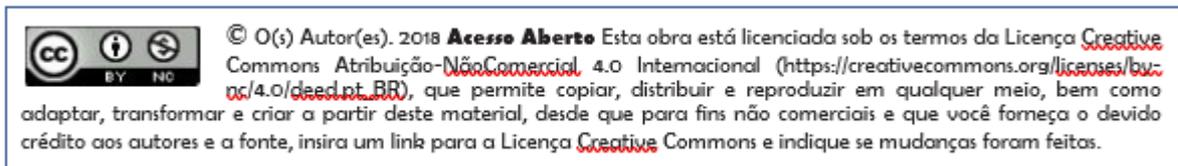
Resumo: No artigo, propõe-se demonstrar a influência decisiva exercida pelas leituras de Benedetto Croce nas impressões de Gramsci sobre a obra de Giambattista Vico. Para isso, explora-se os trechos dos *Cadernos do Cárcere* onde Gramsci faz referências ao iluminista italiano. Com base nessas demonstrações, argumenta-se que, no movimento de assimilação e afastamento da filosofia de Croce, Gramsci termina por subsumir a filosofia à política em sua elaboração da filosofia da práxis.

Palavras-chave: Antônio Gramsci; Giambattista Vico; Benedetto Croce; filosofia da práxis; filosofia; política.

Abstract: In the article, it is proposed to demonstrate the decisive influence exerted by Benedetto Croce's writes on Gramsci's impressions about Giambattista Vico. For that, it is explored the excerpts from *The Prison Notebooks* where Gramsci makes references to the Italian illuminist. Based on these statements, it is argued that, in the movement of assimilation and departure from Croce's philosophy, Gramsci ends up subsuming philosophy to politics in his elaboration of the philosophy of praxis.

Keywords: Antônio Gramsci; Giambattista Vico; Benedetto Croce; philosophy of praxis; philosophy; politics.

Recebido em: 21/04/2021
Aprovado em: 14/05/2021



* Do original: Capítulo V – Gramsci su Vico. La filosofia come una forma della politica. In: VANZULLI, Marco. *Il Marxismo e L'Idealismo*. Studi su Labriola, Croce, Gentile, Gramsci. Roma: Aracne, 2013. Tradução de Alexandre Aranha Arbia. Revisão Técnica de Ronaldo Vielmi Fortes. A Revista Libertas agradece ao autor, que gentilmente autorizou a tradução e publicação do capítulo neste número.

** É investigador em História da Filosofia da Università degli Studi di Milano-Bicocca. Possui graduação em Filosofia pela Universidade degli Studi di Milano (1994), doutorado em Filosofia pela Université de Nice-Sophia Antipolis (2005). Publicou livros sobre a filosofia de Giambattista Vico, sobre Benedetto Croce, Gentile, Labriola, Gramsci, sobre Marx, ensaios sobre as obras de Feuerbach, Hegel, Machiavelli, e, entre outros, organizou volumes de Vico, Feuerbach, Althusser, e o volume 22 das Opere Complete de Marx e Engels (julho 1870 - outubro 1871).

Introdução

Não se propõe, neste texto, discutir a presença de temas vichianos na obra de Gramsci e, em particular nos *Quaderni del carcere*¹, em termos de uma influência histórico-filosófica direta entre os dois autores. A análise de uma das poucas e esparsas referências gramscianas a Vico revelaria imediatamente a mediação determinante de dois filósofos do neoidealismo italiano, Benedetto Croce e Giovanni Gentile, fundamentais na formação intelectual gramsciana e que, precisamente nos anos de juventude do comunista sardo, empenharam-se em uma nova leitura da obra de Vico, totalmente funcional e compatível com as filosofias idealistas que estavam elaborando².

É certo, como observou Eugenio Garin, que a influência de Vico sobre Gramsci é apenas indireta, e que os temas de Vico presentes nos *Quaderni* são apenas aqueles que haviam se tornado patrimônio comum, quase *topoi*, do chamado “renascimento idealista”; assim, as poucas alusões de Gramsci a Vico parecem genéricas e de segunda mão. A referência de Gramsci a Vico é, além disso, essencialmente Croce, cuja monografia de 1911, embora não a tivesse lido, era por ele de algum modo conhecida³. E de fato, acima de tudo, é através da discussão com Croce que as alusões a Vico e sua obra ganham sentido nas notas dos *Quaderni*.

Não é o caso de incluir Labriola na questão, como se tem feito, sustentando-se que “o desinteresse de Gramsci pela filosofia de G. B. Vico só pode ser considerado formal porque, essencialmente, ao aceitar a concepção de Labriola, Gramsci também assumiu aquela parte do vichismo que interveio na formação do próprio Labriola”⁴. Tal julgamento, aliás, além de envolver a problemática suposição geral de que a herança teórica de um autor pode passar tal e qual, permanecendo “intacta”, a outro (que não lhe estudou diretamente), através da assimilação do pensamento de um terceiro, é aqui complicado pela aceitação de uma pretensa linha de continuidade Gramsci–Labriola; tudo isso a ser demonstrado. Também neste caso, além disso, a mediação croceana, certamente de modo algum neutra e inofensiva, revelar-se-ia ser o elemento decisivo na análise dos textos.

Posto, então, que Vico não é, por assim dizer vichianamente, um “autor” de Gramsci, pretendemos aqui desenvolver uma reflexão sobre a filosofia e sua dimensão prática, a partir das observações esparsas sobre Vico nos *Quaderni del carcere*, que são reveladoras de uma

¹ Cf. resultados preliminares para uma pesquisa desta natureza em E. Garin, *Vico in Gramsci*. Bollettino del Centro di Studi Vichiani 6 (1976), pp. 187-189.

² *La filosofia di Giambattista Vico*, de Croce, surgiu em 1911 (Bari, Laterza, 1980 [1911]); em 1915, os *Studi vichiani*, de Gentile (Firenze, Sansoni, 1968 [Messina, Principato, 1915]).

³ Cf. E. Garin, *Vico in Gramsci*, op. cit., pp. 187-189.

⁴ A. Bertondini, *Gramsci e Labriola*, in A. Caracciolo e G. Scalia (editado por), *La città futura. Saggi sulla figura e a pensiero di Antonio Gramsci*. Milano, Feltrinelli 1959, p-173.

forma específica de ler as figuras da tradição filosófica e a história da filosofia, como expressões de uma particular politicidade essencial da história e das formas culturais. Isso se refere à natureza da relação teoria e prática implícita neste tipo de leitura e, portanto, levanta a questão correlata de qual é, para o comunista sardo, o nexos existente entre o ato político e o mundo histórico em que este se inscreve.

Gramsci sobre Vico

Na leitura gramsciana de Vico, portanto, é a lição de Croce que desempenha um papel fundamental de mediação – mediação que certamente não se limitaria somente a Vico, se de fato, segundo alguns intérpretes, também se impõem à recepção gramsciana do marxismo, o que não seria, justamente por conta da precedência e interposição croceana, a ser considerada componente fundamental para a formação do socialista sardo⁵. Foi de fato escrito que: “Croce é o Hegel do seu marxismo [...] É Croce que impõe a Gramsci todos os temas de sua reflexão. E se ele procura trata-los pela ótica de Marx e de Lênin, eles sempre permanecem sugeridos por Croce. Isso é tão verdadeiro que nosso autor nunca sai da problemática do pensador napolitano, a tal ponto que os limites do pensamento de Gramsci são os próprios limites do pensamento de Croce”⁶. Certamente, as referências a Vico nos *Quaderni del carcere* estão dadas à pesquisa sobre história, ou seja, são substancialmente internas à discussão de Gramsci com Croce: “Outro conceito a ser reduzido de especulativo a historicista é o de ‘racionalidade’ na história (e, portanto, de ‘irracionalidade’), conceito ligado ao de ‘providência’ e de ‘fortuna’, no sentido em que é usado (especulativamente) por filósofos idealistas italianos, especialmente Croce. Será necessário, portanto, ver o trabalho de Croce sobre G. B. Vico em que o conceito de ‘providência’ é precisamente tornado especulativo, iniciando assim a interpretação idealista da filosofia de Vico”⁷. Aqui, a referência a Vico é, como se vê, inteiramente interna àquela obra

⁵ “Idealismo e, não tanto o marxismo, mas o socialismo, aceito como uma necessidade instintiva, mas visto pelo prisma do idealismo de Croce, são os dois componentes iniciais de sua personalidade cultural: mas é o primeiro que prevalece e dá o tom ao pensamento” (M. A. Manacorda, *La formazione del pensiero pedagogico di Gramsci (1915-1926)*, in Petro Rossi (editado por) *Gramsci e la cultura contemporanea. Atti del Convegno internazionale di studi gramsciani tenuto a Cagliari il 23-27 aprile 1967*. Roma, Editori Riuniti - Istituto Gramsci, 1970, vol. I, p. 232). O longo e intrincado corpo a corpo que, nos *Quaderni...*, Gramsci tem de sustentar com o pensamento de Croce, para a definição de um novo marxismo, ou melhor, de uma nova “filosofia da práxis”, é de fato um indício da profunda presença das categorias da filosofia croceana no historicismo gramsciano.

⁶ A.R. Buzzi, *La teoria politica di Gramsci*, tradução italiana de S. Genovali. Firenze, La Nuova Italia, 1973. pp. 109 e 55.

⁷ A. Gramsci, *Quaderni del carcere*, editado por V. Gerratana, Torino, Einaudi, 1975, p. 1089. Encontra-se, nas notas de Gerratana, a seguinte indicação sobre *La filosofia di Giambattista Vico*, de Benedetto Croce, publicada pelas edições Laterza, em 1911, e, em segunda edição, em 1922: “Este livro, que provavelmente Gramsci conhecia, não se encontra, no entanto, entre os livros da prisão. Gramsci certamente tinha em mente os escritos sobre Vico incluídos no volume de Croce, *Saggio sullo Hegel, seguilo da altri scritti di storia della filosofia* [3ª edição revisada, Bari, Laterza, 1927], e em particular o escrito *Fonti della gnoseologia vichiana*, pp. 235-261, onde

de retradução da filosofia especulativa em uma concepção historicista, volta a constituir uma nova filosofia da prática, que se distancie do materialismo vulgar de Plekhanov ou Bukharin, através da recuperação dos elementos válidos, realistas (e, segundo Gramsci, sub-repticiamente deduzidos do materialismo histórico original⁸) presentes na filosofia contemporânea mais avançada, que para Gramsci é precisamente a de Croce. Além disso, Gramsci vincula, como fez Croce, o conceito de “providência”, de Vico, ao conceito hegeliano de “astúcia da razão”⁹, mas a ele se refere como “astúcia da natureza”¹⁰ ou “astúcia da providência”¹¹.

Referindo-se ao ensaio de Ettore Ciccotti, *Elementos de “verdade” e “certeza” na tradição histórica romana*, que apareceu em dois episódios na “Rivista d’Italia” no verão de 1927, e novamente baseado em Croce, Gramsci concorda que as interpretações positivistas de Vico são inválidas. Comentando a interpretação de Ciccotti sobre a conversão do “certo” no “verdadeiro”, ele observa que se trata de “uma sociologia muito positivista; uma interpretação positivista de Vico”. E pouco antes de ele ter observado que “a conversão do ‘certo’ no ‘verdadeiro’ dá origem a uma construção filosófica [da história eterna], mas não a construção da história ‘efetiva’: mas a história só pode ser ‘efetiva’¹². Com isso, Gramsci se refere à questão da unidade da teoria e da prática, ou seja, ao caráter específico de sua filosofia da práxis. À mesma questão está ligado o interesse pelo princípio do “*verum-factum*”, de Vico; lido, precisamente, como a unidade de teoria e prática, unidade que seria, segundo Gramsci, característica fundamental do marxismo que, por sua vez, o teria emprestado do hegelianismo. Assim, “a proposição de Vico ‘*veruni ipsum factum*’” seria mesmo aquela da qual, “nas suas origens hegelianas”, “certamente depende o materialismo histórico”¹³. Aqui, Gramsci relaciona Vico a Hegel, para que ele possa adquirir um horizonte de sentido histórico.

E é de fato centrada sobre a questão da relevância e eficácia histórica do pensamento de Vico a passagem mais importante, sobre o autor, encontrada nos *Quaderni...*, a única a conter um juízo explícito sobre a aurora da *Ciência Nova*: “Que movimento ‘histórico’ real testemunha a filosofia de Vico? Ainda que sua genialidade consista justamente em ter concebido o vasto mundo a partir de um ângulo morto da história, a concepção unitária e cosmopolita do

polemiza com as críticas dirigidas ao livro de Croce sobre Vico” (ibid., p. 2815).

⁸ Cf. Ibid., p. 1209-1210.

⁹ Cf. B. Croce, *La filosofia di G.B. Vico*, op. cit., p. 223.

¹⁰ A. Gramsci, *Quaderni del carcere*, op. cit., pp. 821 e 1228.

¹¹ Ibid., p. 1767.

¹² Ibid., p. 300.

¹³ Ibid., p. 1060. O “texto C” – segundo a nomenclatura dada por Gerratana aos textos transcritos por Gramsci nos cadernos monográficos, que ele mesmo chamou “especiais” – nesta passagem, elimina a referência às “origens hegelianas” e indica apenas que a concepção correspondente ao “*veruni ipsum factum*” “deve estar relacionada com a concepção própria da filosofia da prática” (cf. Ibid., p. 1482).

catolicismo”¹⁴. A genialidade do isolado pensador católico, cosmopolita (e, portanto, não nacional-popular) como todos os intelectuais italianos, é contraposta à “historicidade” do filósofo Hegel, no centro dos eventos que vão de 1789 a 1815, “que chocaram todo o mundo civilizado da época e nos obrigaram a pensar ‘mundialmente’. Que colocaram em movimento a ‘totalidade’ social, todo o gênero humano concebível, todo o ‘espírito’”¹⁵. Portanto, “nisto reside a diferença essencial entre Vico e Hegel, entre deus e Napoleão – espírito do mundo –, entre a pura especulação abstrata e a ‘filosofia da história’, que deveria levar à identificação da filosofia e da história, do fazer e do pensar, do ‘proletariado alemão como único herdeiro da filosofia clássica alemã’”¹⁶.

A filosofia como uma forma da política

Apesar de não ser este o contexto para destacar o caráter complexo – porque marcado pelos dois momentos, de aceitação e refutação, ligados entre si – da relação entre a reflexão gramsciana nos *Quaderni del carcere* e os temas da filosofia croceana, para um comentário sobre essas etapas, contudo, não se pode deixar de partir do papel central atribuído por Gramsci, em suas notas carcerárias, à discussão com Croce, visando a uma reformulação do materialismo histórico na filosofia da práxis. No “Anti-Croce” dos *Quaderni*, portanto, a refundação da filosofia da práxis passa de uma refutação, que se pretende hegeliana, da filosofia croceana. Croce, para Gramsci, “representa o momento mundial hodierno da filosofia clássica alemã”, de modo que “assim como a filosofia da práxis foi a tradução do hegelianismo para a linguagem historicista, também a filosofia de Croce é, em grande medida, uma retradução, em linguagem especulativa, do historicismo realista da filosofia da práxis [...] e é preciso refazer, em relação à concepção filosófica de Croce, a mesma redução que os primeiros teóricos da filosofia da práxis fizeram em relação à concepção hegeliana. Este é o único modo historicamente fecundo para determinar uma retomada adequada da filosofia da práxis, de elevar essa concepção, que, pela necessidade da vida prática imediata veio se vulgarizando, à altura que deve alcançar para resolver as tarefas mais complexas que desenvolvimento atual da luta propõe”¹⁷. Se trata, portanto, “apenas de traduzir em linguagem historicista a linguagem especulativa, ou seja, descobrir se essa linguagem especulativa possui um valor instrumental concreto superior aos

¹⁴ Ibid., p. 504 (texto A) e p. 1317 (texto C).

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ Ibid. Segundo Garin, trata-se de “uma página importante para a interpretação de todo o pensamento de Gramsci, e para a distância que ele criou com relação a Croce” (E. Garin, *Vico in Gramsci*, op. cit., p. 188).

¹⁷ A. Gramsci. *Quaderni del carcere*. Op. cit., p. 1233.

valores instrumentais precedentes”¹⁸. A categoria de “instrumentalidade” é fundamental em uma visão pragmática do conhecimento como a de Gramsci. O idealismo (aqui, “concepção subjetiva da realidade”), como filosofia da prática (o primeiro texto de Marx que Gramsci traduziu na prisão foi, precisamente, as *Teses sobre Feuerbach*), concebe o papel ativo das visões de mundo ou ideologias de certos grupos sociais na constituição do mundo social: “a filosofia da práxis está ligada [...] à concepção subjetiva da realidade, na medida em que a inverte, explicando-a como um fato histórico, como uma ‘subjetividade histórica de um grupo social’, como fato real [...], a forma de um conteúdo social concreto e o modo de conduzir o conjunto da sociedade a forjar-se em uma unidade moral”¹⁹. A “concepção subjetiva da realidade” é assim historicizada no papel formativo das concepções filosóficas, nas e sobre as sociedades, como “fatos reais”, ou seja, como *instrumentos* hegemônicos de grupos sociais. A filosofia da práxis, portanto, coloca em relação as diferentes “concepções subjetivas da realidade” na sua “historicidade”, porque toda “concepção subjetiva da realidade” é substituída por “uma nova consciência moral”. “A filosofia da práxis absorve a concepção subjetiva da realidade (o idealismo) na teoria das superestruturas, absorve-a e explica-a historicamente, ou seja, ‘supera-a’, a reduz a um de seus ‘momentos’. A teoria das superestruturas é a tradução, em termos de historicismo realista, da concepção subjetiva da realidade”²⁰. O caráter ativo, de formação do mundo das concepções de realidade deve ser colocado, na compreensão de Gramsci, no foco da luta histórico-social, não como um momento de análise contemplativa ou de espelhamento da verdade, mas como um instrumento hegemônico-cultural de permeação e universalização de um contexto político.

Pragmaticamente, para Gramsci, esta é a distinção entre ideologia e filosofia: a filosofia é tornada a universalização de uma concepção de mundo (de uma ideologia de fato), que, superado o plano imediato da ação econômico-jurídica, difunde-se por todas as instituições da sociedade civil, permeando-as de conteúdo ético-político. Assim: “A história da filosofia, como é comumente entendida, isto é, a história das filosofias dos filósofos, é a história das tentativas e iniciativas ideológicas de uma dada classe de pessoa para mudar, corrigir, aperfeiçoar as concepções existentes do mundo [...] isso é mudar a atividade prática no seu conjunto”²¹. A filosofia de uma época é uma combinação das “concepções de mundo das grandes massas”, daquelas “dos grupos dirigentes (ou intelectuais) mais restritos” e das “ligações entre esses

¹⁸ Ibid., p. 1222.

¹⁹ Ibid., p. 1226.

²⁰ Ibid., p. 1244.

²¹ Ibid., p. 1255.

vários complexos e as filosofias dos filósofos”, “é uma combinação de todos esses elementos, que culmina em uma determinada direção, na qual sua culminação se torna uma norma da ação coletiva, ou seja, torna-se ‘história’ concreta e completa (integral). A filosofia de uma época histórica nada mais é, portanto, do que a ‘história’ dessa mesma época, nada mais é do que a massa de variações que o grupo dirigente conseguiu determinar na realidade anterior: história e filosofia são inseparáveis nesse sentido, formando um ‘bloco’”²². O pensamento, assim concebido em sua eficácia histórica, não apenas perde todo o caráter contemplativo e autorreferencial que comumente lhe é atribuído, mas encontra, ao invés, uma identificação total com a práxis histórica, a ponto de se transformar em uma forma de atividade totalmente homogênea com a evidência histórica em si. O pensamento é entendido como um ato histórico-político. Por isso, Gramsci pensa em Vico como um gênio que, desde “um ângulo morto da história”, foi capaz de elaborar uma visão do “vasto mundo”, mas em uma forma de “pura especulação abstrata”, enquanto Hegel, que pensou entre a Revolução Francesa e Napoleão, foi capaz de erigir aquela “filosofia da história” que, prene de história e *efetividade* histórica, conseguirá identificar filosofia e história, fazer e pensar, e de cuja efetividade será herdeiro o proletariado alemão.

O próprio marxismo é concebido então como um pensamento que é, antes de tudo, uma forma de ação, entendido essencialmente como a ideologia (a “filosofia da práxis”) da transição do capitalismo para a sociedade regulada: “Pode-se mesmo vir a afirmar que enquanto todo o sistema da filosofia da práxis pode se tornar ultrapassado em um mundo unificado, muitas concepções idealistas, ou pelo menos alguns aspectos delas, que são utópicos durante o reino da necessidade, podem se tornar ‘verdade’ após a transição etc. Não se pode falar de “Espírito” quando a sociedade é agrupada, sem necessariamente concluir que se trata de [...] espírito de corpo [...] mas podemos falar dele quando a unificação tiver ocorrido etc.”²³. O materialismo histórico é de fato entendido como uma concepção de mundo funcional à política, e quando sua função política é cumprida, “todo o sistema da filosofia da práxis pode ser ultrapassado”; tornar-se-ão válidas, então, “muitas concepções idealistas, ou pelo menos alguns aspectos delas”, tornar-se-ão então “verdade”, palavra que Gramsci escreve entre aspas, como se para relativizá-la.

Fazendo do materialismo histórico uma *Weltanschauung*, uma “concepção de mundo” adequada à luta comunista, Gramsci deixa de reconhecer seu caráter objetivista e, com isso, sua cientificidade. Não é por acaso que ele aceita pacificamente, como algo adquirido, o caráter

²² Ibidem.

²³ Ibid., p. 1490.

idealista da filosofia da práxis. E nisso, de resto, ele não constitui de forma alguma uma exceção; pode-se revelar assim como todo o marxismo italiano é marcado por esse caráter idealista, e como, portanto, a operação de apresentação e liquidação do materialismo histórico, conduzida na Itália pelo neoidealismo, foi acompanhada de considerável sucesso e influenciou ou, mais precisamente, marcou toda uma geração, instaurando, por meio de uma política cultural na qual a refutação do marxismo era o aspecto central, todo um clima cultural. A lucidez de Gramsci, em ver no revisionismo²⁴ o caráter essencial da filosofia croceana, nele convive com a ideia de que o momento mais elevado da filosofia mundial da época é, justamente, a própria filosofia croceana, uma filosofia especulativa enriquecida pela concretude da filosofia da práxis²⁵. O marxismo de Gramsci é, portanto, marcadamente afetado por todos aqueles temas que constituem a problemática marxiana tal como apresentada por Croce²⁶, e tal apresentação certamente não foi constituída sob a bandeira da abertura do entendimento filosófico do marxismo. Gramsci, no entanto, repensa tudo isso de um outro ângulo político em relação aos seus “mestres” idealistas e, em certo sentido, leva o historicismo imanentístico às suas últimas consequências, ressaltando impiedosamente as incongruências, o elitismo, a razão política pela qual a filosofia idealista falha em dissolver-se efetivamente em ato histórico, em transmutar-se em política, mas continua a ser entendida como posta acima das categorias próprias da história. Gramsci critica Croce e Gentile substancialmente com as armas que eles próprios lhe forneceram e, dessa forma, chega a elaborar uma originalíssima teoria política, exposta nos *Quaderni*. E, no entanto, com isso, não consegue alterar os limites filosóficos de sua problemática inicial. Assim, a primazia atribuída à “concepção subjetiva da realidade” continua a ser entendida como o efeito da superestimação do meio hegemônico cultural, legado de uma original e nunca abandonada ascendência idealista com a proeminência dada ao fazer humano na história²⁷. A filosofia da práxis, na sua versão gramsciana, é assim definida como totalmente

²⁴ “Croce, de 1912 a 1932 (elaboração da história ético-política), tende a permanecer o líder das tendências revisionistas para conduzi-las a uma crítica radical e à liquidação (político-ideológica) também do materialismo histórico atenuado” (Ibid., p. 1207).

²⁵ Cf. Ibid., p. 1209-10.

²⁶ Cf. a este respeito S. Timpanaro, *Sul materialismo*, Milano, Unicopli, 1997 [Pisa, Nistri Lischi, 1970], p. 203-4.

²⁷ Observe-se como se põe, nos *Quaderni*..., a questão da objetividade: “Parece-me um erro demandar da ciência enquanto tal a prova da objetividade da realidade: esta é uma concepção do mundo, uma filosofia, não um dado científico [...]. Na medida em que esta objetividade se estabelece [na ciência], ela se afirma: afirma-se o ser em si, o ser permanente, o ser comum a todos os homens, o ser independente de qualquer ponto de vista que seja meramente particular. Mas isso também é uma concepção de mundo, uma ideologia [...]. O que mais importa, portanto, não é a objetividade da realidade enquanto tal, mas o homem que elabora esses métodos [...], isso é a cultura, isso é a concepção de mundo, isso é a relação entre o homem e a realidade. Procurar a realidade fora do homem, portanto, parece um paradoxo, assim como para a religião é um paradoxo (pecado) buscar a realidade fora de Deus [...]. Sem a atividade do homem, criador de todos os valores, inclusive os científicos, o que seria da objetividade? Um caos, ou seja, nada, o vazio, ainda que o possamos dizer; porque, se se imaginar realmente que o homem não existe, não se poderá imaginar a linguagem e o pensamento” (A. Gramsci, *Quaderni del cárcere*,

inclusiva da própria teórica na esfera da ação, totalmente redutiva da teoria à práxis, da filosofia à política. A *praxis* indica precisamente o momento em que o ideal, em vez de mera elocubração, é efetivo, determinando a fusão dos dois planos, teórico e prático, não mais pensáveis separadamente. A determinação subjetiva, própria do *fazer* humano, constitui-se assim na determinação histórica *tout court*. A “filosofia da práxis”, por isso mesmo, não é aceita como “teoria”, no sentido tradicional do termo. Certamente, o ponto de vista de Gramsci é aquele das classes subalternas, sua perspectiva, a do comunismo, e isso faz com que a vontade coletiva que se realiza na ação torne-se o metro de medida desta fazer humano da história; é precisamente a vontade coletiva o verdadeiro sujeito, e somente a passividade das massas pode deixar amplo campo de ação das vontades sociais parciais antagônicas a ela²⁸.

É este o ponto de vista da praticidade essencial da filosofia da práxis desenvolvida na monografia sobre Gramsci, de Giorgio Nardone, para o qual precisamente “mesmo a categoria que pretende expressar o momento máximo de objetividade não escapa à praticidade, que é nota definitiva de toda certeza [...]. Só a prática, em essência, pode declarar a eficácia de seu instrumento e a verdade de sua condição”; a concepção de mundo e a ideologia “existem apenas em conexão com a vontade coletiva afirmada na ação [...]. Há regularidade histórica na hipótese de que existe uma vontade coletiva capaz de ação regular e permanente [...] Gramsci não encontra a razão suficiente da regularidade histórica em fatos de ordem estrutural”²⁹.

Gramsci traduz, desse modo, a concepção croceana da contemporaneidade de toda historiografia, ideia segundo a qual o passado é sempre lido a partir de preocupações político-políticas do presente; Gramsci traduz, assim, a renúncia croceana ao objetivismo historiográfico, efeito de uma concepção da história desde o início marcada pela prevalência de uma temática neokantiana que separa esfera categorial e empiria do acontecimento, ciência e história³⁰. Em Gramsci, a infidelidade à teoria croceana dos distintos – da qual também, como visto, surge a questão de se traduzir em filosofia da práxis, em termos não especulativos³¹ –,

op. cit., pp. 466-67).

²⁸ Assim, por exemplo, a noção de fatalidade histórica, em Gramsci, dependeria apenas da passividade das massas, sujeito transcendental da história, subjetivação formativa. A ação – política – é a negação da passividade das massas, que rompe todo padrão de previsibilidade histórica construído em modelos de desenvolvimento natural (como no socialismo positivista e reformista). Cf. G. Nardone. *Il pensiero di Gramsci*. Bari: De Donato, 1971, pp. 31-5.

²⁹ *Ibid.*, p. 308, 309 e 329.

³⁰ É este o aspecto irracionalista da filosofia de Croce destacado por Lukács em *A destruição da razão* (Cf. G. Lukács. *La distruzione della ragione* [1954], trad. italiana de E. Arnaud. Torino: Einaudi, 1974 [1959], pp. 19-20). Cf. também R. Racinaro. *La crisi del marxismo nella revisione di fine secolo*. Bari: De Donato, 1978, pp. 42-3.

³¹ “Em uma filosofia da práxis, a distinção certamente não será entre os momentos do Espírito absoluto, mas entre os graus da superestrutura e tratar-se-á, portanto, de estabelecer a posição dialética da atividade política (e da ciência correspondente) como determinado grau superestrutural [...]. A atividade política é, precisamente, o primeiro momento, ou o primeiro grau, o momento em que a superestrutura está ainda na fase imediata de simples

juntamente com sua assimilação de uma concepção não objetivista do saber historiográfico, conduz à identificação entre filosofia, política e economia: “Se essas três atividades são os elementos constitutivos necessários de uma mesma concepção de mundo, necessariamente deve haver, em seus princípios teóricos, conversibilidade de uma em outra, tradução recíproca em sua própria linguagem específica de todo elemento constitutivo: um é implícito no outro, e todos juntos formam um círculo homogêneo”³². A imanência absoluta da realidade significa, para Gramsci, a sua politicidade, é de fato a política que tem proeminência sobre a economia quanto sobre a filosofia, “porque o ato político abarca o passado, o presente e o futuro, pressupõe a economia e implementa a filosofia, funde, em um bloco, a estrutura e a superestrutura, realiza a união da teoria e da prática, a atividade consciente organizada que faz a história”³³. Em sua teoria da tradutibilidade das linguagens científicas, Gramsci propõe a redução à política de todas as filosofias especulativas: “Redução à ‘política’ de todas as filosofias especulativas, a um momento da vida histórico-política; a filosofia da práxis concebe a realidade das relações humanas de conhecimento como um elemento de ‘hegemonia’ política”³⁴. De fato, escreve: “A proposição contida na introdução à *Crítica da economia política*, de que os homens tomam consciência dos conflitos estruturais no terreno das ideologias, deve ser considerada como uma afirmação de valor gnosiológico, e não puramente psicológico e moral. Disto se segue que o princípio teórico-prático da hegemonia tem também um escopo gnosiológico [...]. A realização de um aparelho hegemônico, na medida em que cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato do conhecimento, um fato filosófico. Com linguagem croceana: quando se tem sucesso em introduzir uma nova moral em conforme uma nova concepção de mundo, acaba-se por introduzir, também, essa concepção, ou seja, determina-se toda uma reforma filosófica”³⁵. Segue-se que: “Tudo é política, até mesmo a filosofia ou as filosofias e a única ‘filosofia’ é história em ato, ou seja, a vida mesma. Neste sentido, podemos interpretar a tese do proletariado alemão herdeiro da filosofia clássica alemã”³⁶.

Nesse primado da política, assimilada à história e à filosofia, Gramsci vê o aspecto

afirmação voluntária, indistinta e elementar [...]. O que significa que se pode identificar política e história e, portanto, vida e política. Como, portanto, todo o sistema da superestrutura pode ser concebido como distinções da política, então justifica-se a introdução do conceito de distinção em uma filosofia da práxis. Mas pode-se falar de uma dialética dos distintos e como se pode entender o conceito de círculo, entre os graus da superestrutura?” (A. Gramsci. *Quaderni del carcere*, op. cit., pp. 1568-9).

³² Ibid., p. 1493.

³³ A. R. Buzzi. *La teoria politica di Gramsci*, op. cit., p. 213.

³⁴ A. Gramsci. *Quaderni del carcere*, op. cit., pp. 1244.

³⁵ Ibid., p. 1249-50.

³⁶ Ibid., p. 886.

conclusivo de sua reforma do pensamento de Croce, que não havia conseguido ir tão longe, até a identificação da política com a história e com a filosofia – e que, no entanto, implicitamente, havia realizado exatamente esta identificação: não foi Croce o melhor historiógrafo do transformismo liberal?³⁷ –, e a consequente identificação absoluta da teoria e da prática, capturada pela política em sua identidade. É a política que unifica os termos do historicismo absoluto gramsciano – e, segundo Gramsci, deve ser encontrado na explicitação falha deste termo unificador o pior caráter ideológico do historicismo absoluto croceano –; é a política que explica a diferença entre ideologia e filosofia como uma diferença que não se exprime em termos de verdade, mas que se dá “apenas por graus (quantitativa) e não qualitativamente”, ou seja, em virtude da universalização de uma concepção do mundo, da sua passagem de um nível imediato, econômico-corporativo, a um mais universal, ético-político, em virtude da extensão de sua práxis transformadora. Gramsci considera, assim, ter levado às últimas consequências a noção croceana da contemporaneidade de toda história, empurrando-a precisamente para sua assimilação com a política, à identificação entre ideologia e filosofia³⁸.

Para Gramsci, portanto, a filosofia de Vico é, como “pura especulação abstrata”, passageira, privada de incidência histórica, obra isolada e distante dos centros europeus, dos centros da ação histórica, política e filosófica. A ela Gramsci aplica, assim, somente de modo negativo, a sua definição de história da filosofia – que foi acima abordada – como a história de uma luta ideológica entre concepções de mundo, ou melhor, como a história do aperfeiçoamento das concepções de mundo voltadas a mudar “atividade prática no seu conjunto”; definição que, reduzindo a filosofia a uma “concepção de mundo” e insistindo no seu caráter prático-político, tem o mérito de negar a pretensa autorreferencialidade das filosofias, vinculando-as à realidade histórico-social e compreendendo-as como política, ou seja, como um aspecto superestrutural do conflito social, do conflito entre as “grandes massas” e os “grupos dirigentes”. Não obstante,

³⁷ “[Croce] acredita que está lidando com uma filosofia e está lidando com uma ideologia, acredita estar tratando de uma religião e está lidando com uma superstição, crê que está escrevendo uma história em que o elemento de classe está exorcizado e, ao invés, descreve com grande precisão e método a obra-prima política pela qual uma determinada classe consegue apresentar e fazer aceitar a condição de sua existência e de seu desenvolvimento de classe como princípio universal, como concepção de mundo, como religião, ou seja, descreve em ato o desenvolvimento de um meio prático de governo e de domínio. O erro de origem prática não foi cometido, nesse caso, pelos liberais do século XIX que, na verdade, praticamente triunfaram, alcançaram os fins propostos; o erro de origem prática é cometido pelo seu historiador, Croce, que, depois de distinguir filosofia de ideologia, acaba por confundir uma ideologia política com uma concepção de mundo, demonstrando praticamente que a distinção é impossível, que não se trata de duas categorias, mas de uma mesma categoria histórica e que a distinção é apenas de grau; é filosofia a concepção de mundo que representa a vida intelectual e moral (catarse de uma vida prática específica) de um grupo social concebido em movimento e visto, portanto, não apenas em seus interesses atuais e imediatos, mas também nos futuros e mediados; é ideologia qualquer concepção particular dos grupos internos da classe que se propõem a ajudar a resolução dos problemas imediatos e circunscritos” (Ibid., p. 1231).

³⁸ Cf. Ibid., p. 1241-2.

há nessa impoção um elemento de recusa da maior complexidade do pensamento filosófico, que não é apenas transformação, que não visa a apenas, através dos conceitos, tornar-se uma “norma de ação coletiva”, isto é, tornar-se uma “‘história’ concreta e completa (integral)”. Para Gramsci, “a filosofia de uma época histórica nada mais é do que a ‘história’ dessa época mesma” e, como vimos, a história de uma época é certamente política. A filosofia é política. Mas uma tal identificação resente de um grau de abstração, outra vez croceano, ao remover da consideração da história todos aqueles elos “objetivos” que estão nas “coisas em si”, através da compreensão da ocorrência histórica como uma soma de dados empíricos brutos aos quais se opõem um universo categorial e humano, concebendo a história como aquele relativo, aquele contingente que é, por determinado idealismo, o terreno sobre o qual se exerce o fazer humano criador, o absoluto³⁹, fazendo assim da história apenas o campo de ação da vontade humana, um campo de luta entre concepções de mundo, reduzindo precisamente a história à política, limitando-a ao campo de ação da práxis transformadora, livrando assim a teoria de toda tarefa de representação de conexões reais, de detecção das estruturas ontológicas que da história constituem a realidade; perdendo de vista, finalmente, a compreensão da correlação (ou melhor ainda, a identidade) dos aspectos “pragmáticos” e “teóricos”, em sua distinção. Ou entendendo a sua distinção na única forma possível de “pura especulação abstrata”. Labriola já havia dito que o marxismo certamente nasceu do comunismo, ou seja, do movimento surgido dentro do capitalismo para superá-lo; todavia, ele observou que uma tal doutrina, nascida do comunismo, continuaria verdadeira mesmo que o socialismo não alcançasse o triunfo⁴⁰. Labriola quis dizer que mesmo que o socialismo não se tornasse um movimento social hegemônico ou adquirisse uma maior universalização, mesmo que não fosse mais pensado ou apoiado por ninguém, não perderia, por isso, seu caráter de verdade e objetividade, sua própria dimensão verdadeira, ou seja, teórica. A “filosofia” – e o marxismo, para Labriola, é *também* uma filosofia – não é, em suma, “ideologia”, em nenhum dos sentidos gramscianos do termo, e mantém com ela uma diferença qualitativa e não apenas de grau, embora deva ser entendida como conectada à prática da qual surge e à prática que é capaz de suscitar. Como nunca podemos escapar da determinação da estrutura ontológica da realidade, da história, a identificação gramsciana da filosofia e da política, a redução da primeira à segunda reproduziu o dualismo espírito-matéria herdado do

³⁹ André Tosel observou como a liberdade positiva do ato histórico tornou-se, nos *Quaderni...*, a teoria da unidade de estrutura e superestrutura, ou seja, a teoria do “bloco histórico”. Cf. A. Tosel. *Aux origines de la philosophie italienne contemporaine*. Mauzevin : Trans Europa Repress, 1991, p. 109.

⁴⁰ Das notas do curso de filosofia da história ministrado por Labriola na Universidade de Roma, entre 1894-1895, citado em L. Dal Pane. *Antonio Labriola nella politica e nella cultura italiana*. Torino: Einaudi, 1975 [1935], p. 377.

neoidealismo italiano; logo, longe de eliminar todo dualismo, como a filosofia da práxis considerava ter feito, eliminou o dualismo de prático e teórico apenas anulando o segundo no primeiro. Por um lado, a reflexão gramsciana constitui uma contribuição considerável para a compreensão de uma ampla gama de fenômenos da vida política e cultural da sociedade de massas do início do século XX, mas, por outro, para além de Gramsci, a politicidade da filosofia deve ser definida em sua relação com uma ontologia histórica, por meio de uma ampla teorização do nexo entre teoria e prática, renunciando a uma conotação unilateral da política, e talvez limitando, assim como sua autonomia, seu alcance transformador. Um “antivichismo”, portanto, o gramsciano, que “retraduz a inteira concepção em termos de politicidade, atenuando assim o alcance dos ‘apelos’, diminuindo sua importância, porque agora eles não envolvem o econômico, mas apenas o político. Mantendo firme a conotação de ‘necessidade’ do econômico, no nível político, a questão da revolução-restauração é uma espécie de recurso limitado”⁴¹.

Referências bibliográficas

- BADALONI, N. *Il marxismo di Gramsci. Dal mito alla ricomposizione politica*. Torino: Einaudi, 1975.
- BERTONDINI, A. *Gramsci e Labriola*, in A. Caracciolo e G. Scalia (editado por), *La città futura. Saggi sulla figura e a pensiero di Antonio Gramsci*. Milano, Feltrinelli 1959, p-173.
- BUZZI, A.R. *La teoria politica di Gramsci*, tradução italiana de S. Genovali. Firenze, La Nuova Italia, 1973.
- GARIN, E. *Vico in Gramsci*. Bollettino del Centro di Studi Vichiani 6 (1976).
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*, editado por V. Gerratana, Torino, Einaudi, 1975.
- L. DAL PANE. *Antonio Labriola nella politica e nella cultura italiana*. Torino: Einaudi, 1975 [1935].
- LUKÁCS, G. *La distruzione della ragione* [1954], trad. italiana de E. Arnaud. Torino: Einaudi, 1974 [1959].
- MANACORDA M. A., *La formazione del pensiero pedagogico di Gramsci (1915-1926)*, in Pietro Rossi (editado por) *Gramsci e la cultura contemporanea. Atti del Convegno internazionale di studi gramsciani tenuto a Cagliari il 23-27 aprile 1967*. Roma, Editori Riuniti - Istituto Gramsci, 1970, vol. I
- NARDONE G. *Il pensiero di Gramsci*. Bari: De Donato, 1971.
- RACINARO, R. *La crisi del marxismo nella revisione di fine secolo*. Bari: De Donato, 1978.
- TOSEL, A. *Aux origines de la philosophie italienne contemporaine*. Mauzevin : Trans Europa Repress, 1991.

⁴¹ N. Badaloni. *Il marxismo di Gramsci. Dal mito alla ricomposizione politica*. Torino: Einaudi, 1975, p. 152.